

Apresentação: a literatura sobre as ditaduras no Cone Sul

O dossiê “A literatura sobre as ditaduras no Cone Sul” visa apresentar um mosaico de estudos e ensaios direcionados a evidenciar tanto o potencial resiliente da linguagem literária quanto as possibilidades inerentes à linguagem altamente metafórica para manipular as massas nos contextos sociopolíticos de viés totalitário que assolaram o Cone Sul durante os anos sessenta e setenta. Situados na Argentina, no Chile e no Brasil, o conjunto de artigos aqui reunidos versa tanto sobre o pensamento de destacadas figuras intelectuais que tiveram uma maciça influência na mídia da época, quanto sobre obras que propõem uma necessária reflexão que ajuda a esclarecer quais os antecedentes das ditaduras sul-americanas e quais as sequelas que ainda se encontram atuantes como legado autoritário nas sociedades democratizadas de hoje.

Abre o dossiê Diego Bentivegna, focando em um dos intelectuais argentinos de maior influência entre finais dos anos vinte e início dos trinta do século passado, Leopoldo Lugones. Em “Etimología, estilo y autoridad. Lugones y sus intervenciones sobre lenguaje en *La Nación* de Buenos Aires (1928-1935)”, Bentivegna se debruça sobre um amplo corpus de artigos e comentários escritos pelo intelectual argentino que, além de evidenciar aspectos em comum com o pensamento autoritário europeu, mostra a presença de Lugones na imprensa nacional da época e a sua influência na formação da opinião pública. A relevância da análise do seu discurso jornalístico provém, por um lado, do fato de Lugones ter sido tanto o mais prestigioso intelectual antidemocrático durante os anos nos quais publicou no jornal *La Nación*, quanto o mais reconhecido escritor na língua nacional. Intelectual de inquietantes contradições, após ter sido um dos mentores ideológicos do golpe de estado responsável pela destituição do presidente populista Hipólito Yrigoyen em 1930, o intelectual desenganou-se profundamente permanecendo desde então isolado e afastado do âmbito político. Contrastando os fundamentos teóricos de Lugones com os de outros intelectuais latinoamericanos, Bentivegna define a programática do pensador argentino como um projeto de alcance continental que busca intervir sobre a linguagem através da etimologia e a prescrição do uso. De base organicista, como uma biopolítica que busca ser autoimune, seu projeto glotopolítico, que se encontrava permeado pelas ideologias linguísticas e orientado pela intervenção no espaço público da linguagem, assume a identificação de estética e moral e será posto em cena, não por acaso, durante o período de desenvolvimento radical no país, etapa que dará início à série de golpes de estado que culminarão na Argentina dos anos setenta.

Continua o número “Mariano Grondona, moralismo público y los vaivenes del bien colectivo”, no qual Luis Roniger desenvolve um extenso ensaio sobre outra figura relevante da intelectualidade argentina, Mariano Grondona, cujo pensamento conservador-liberal e antipopulista teve uma forte influência na Argentina dos anos sessenta e noventa do século XX, de igual modo que Lugones, através da sua atuação na mídia. Entretanto, o prestígio intelectual de Grondona não provinha da literatura, como no caso de Lugones, senão do respeitado âmbito acadêmico da Universidade de Buenos Aires, onde ministrava a disciplina Teoria do Estado, assim como pela alta admiração que suscitava seu desempenho como renomado e culto jornalista político e como âncora de vários programas na mídia. Roniger o considera por um lado, e dentro da tipologia descrita por Gramsci, como um *intelectual orgânico*, isto é, aquele que colabora na modelagem de políticas de estado e, por outro lado, como *moralista público*, termo este criado por Stefan Collini para definir a função dos intelectuais que confrontam o poder e influenciam na opinião pública. Sob os ditos pressupostos, o ensaio mostra como as ideias motrizes de um intelectual vinculado aos principais grupos formadores de valores na Argentina, o Exército e a Igreja, e que conseguiu impactar na prática totalidade da sociedade argentina durante a sua longa vida profissional, eram dirigidas à organização sistemática da nação, muito embora isso significasse um importante deterioro dos símbolos da democracia e um cerceamento dos direitos humanos.

De certa maneira, vemos culminar o projeto biopolítico, que talvez até aos próprios Lugones e Grondona teria impactado, no artigo que dá continuidade ao número. Em “La alegoría como medio para la construcción de un mundo: *Cadaver exquisito*, de Agustina Bazterrica”, Roberto Oltramonti desmonta o romance publicado em 2017 considerando-o dentro do gênero da distopia. Por meio da extrapolação dos traços menos positivos de uma dada sociedade, são expostos seus possíveis desvios, carregando tipologicamente uma forte crítica social. Bazterrica põe em cena o surgimento de uma virose que, ao contaminar a carne animal, o canibalismo passa a ser legal. A trama do romance é representada em um mundo ficcional que, no ver de um leitor contemporâneo, é facilmente identificável como a última Ditadura Militar na Argentina. Por meio da metáfora e da elipse, o discurso, verdadeiro protagonista da narração, acaba revelando-se e pondo de manifesto as estratégias de manipulação no uso de termos que se referem ao estado e a seus cidadãos com uma terminologia de teor médico cirúrgico (“purga”, “males”, “vírus”) seguido de outros termos justificativos que legalizam o processo de animalização do ser humano e, portanto, a sua dessacralização, levando-o tanto ao desamparo quanto à legitimação da violência.

Ainda no tocante à Argentina, em “A literatura da pós-ditadura na Argentina: interseções do espaço e do tempo em *Soy un bravo piloto de la Nueva China*”, (2011) Thays de Albuquerque apresenta uma análise do romance de Ernesto Semán, levantando uma série de questões referidas à forte divisão interna que o autoritarismo militar legou às novas gerações na Argentina. Segundo Albuquerque, o romance distribui as ações em três âmbitos que representam não somente espaços e tempos diferentes, senão também uma “temporagem”, entendida como possíveis dimensões de um diálogo que se realiza virtualmente entre os filhos das vítimas e dos vitimários. Um diálogo que construa pontes entre os diferentes espaços reais com o intuito de fazer possível um resgate da sociedade argentina em outro espaço-tempo comum, inventado, porém não menos real, no qual fazer realidade a justiça social e moral. Contudo, para Albuquerque, o romance de Semán finaliza com um panorama em aberto perante uma realidade cuja violência supera à própria ficção.

Continuando no Cone Sul, em “Las disputas por la identidad y la memoria. La evolución del canon del folclore nacional en torno al golpe de estado de 1973 en Chile”, Pablo Isla Monsalve analisa o rol do estado, da universidade e do mercado na formação e institucionalização do cânon da cultura e da música popular no Chile. Dito cânon, que seria seletivo e tenderia a apagar as marcas indigenistas da cultura chilena, almejava funcionar como defesa mental e cultural perante as influências estrangeiras, assim como a criação ou invenção de figuras folclóricas entorno aos quais divulgar valores que normalizavam uma relação subserviente com a autoridade em espaços rurais idealizados. A invenção de uma cultura folclórica deste teor, essencialista e anacrônica, operava como obstáculo para uma ruptura com o passado que permitisse uma visão crítica do presente e veiculassem um novo futuro. O período ditatorial chileno interrompeu a fase crítica sobre as representações da cultura popular já iniciada antes do golpe de 1973 e reforçou os estereótipos ao promover a música típica e o neofolclore como os favoritos do novo regime, causando desse modo a sua descontextualização e estereotipagem.

De mãos de Marcondes Barros et al. e já no Brasil, “A poética de Guilherme Mandaro no contexto da Ditadura Militar” é abordada a poética do um dos membros do grupo autodenominado *Nuvem Cigana*, Guilherme Mandaro. Tomando como base uma coletânea de poemas, os autores situam o poeta dentro das correntes culturais que souberam absorver no Brasil o movimento *underground*, adaptando-o à cultura brasileira e da sua linguagem. As atitudes rebeldes e revolucionárias são traduzidas sucessivamente como “antropofagia”, “deglutição” e “desbunde”. Essas palavras-proclamas eram particulares modos de expressar e manifestar seus anseios, pois o intuito do grupo era tocar as fibras sensíveis da sua sociedade

desde a poesia, o teatro, o futebol, e o carnaval, isto é, entender e influenciar criticamente a cultural do e no Brasil. O grupo se utilizou de um meio de publicação oriundo do âmbito educacional e político, o mimeógrafo que, além de ser um suporte acessível e barato que permitia prescindir dos grandes circuitos editoriais, era também um manifesto que declarava opções de escrita, de vida e de atitude crítica em todos os âmbitos de uma sociedade que devia enfrentar mudanças aceleradas para as quais não estava pronta. Nesse contexto, a poesia de Mandaro destaca como um paradoxal “produto do mundo moderno e seus estilhaços”.

Claudia Marcondes et al. colocam de igual modo o foco do seu estudo na força crítica que dimana da marginalidade, quando escolhida, em “João Antônio: o jogo da voz narrativa como trincheira contra a ditadura”. Sob o pretexto de escrever literatura, o escritor e jornalista João Antônio se utiliza de um estilo despojado e minimalista que descreve uma miríada de personagens de modo quase documental para denunciar a periferia das grandes cidades em médio da crise econômica e social que devasta o país durante a Ditadura Militar. Os autores sugerem considerar o jornalista e a sua principal criação, o conto-crônica, como peça vital na linha que parte do gênero de corte sócio crítico iniciado no Brasil com Lima Barreto.

Em “Um estranho remédio contra a loucura: a realidade invertida e a Ditadura ironizada em *Sombras de reis barbudos*, de José J. Veiga”, de Manfred Rommel Pontes Viana Mourão e Maria de Jesus Castro de Oliveira reflexionam sobre a obra alegórica de Veiga desmontando seu caráter de aparente fábula ingênua. Os autores se aproximam do texto partindo de considerações sobre os elementos que caracterizam a literatura fantástica se comparada com a ironia para desde essa reflexão observar o tratamento que o autor dá aos elementos sobrenaturais, concluindo que o intuito de Veiga é criar um efeito irônico na articulação entre o fantástico e o supostamente real. Desta feita, os autores interpretam o texto como uma ruptura com o mundo em quanto lugar criador de sentidos, discorrendo paralelo à crítica do momento político, a Ditadura Militar, igualmente incapaz de entregar uma semântica válida com qual explicar e dar sentido aos fatos.

Vitor Bourguignon Vogas finaliza este dossiê com “Roberto Antunes? Presente! A luta pelo direito ao luto em ‘O velório’, de Bernardo Kucinski”. O conto é abordado como uma peça que exemplifica a força de resistência que possui a literatura perante uma política de esquecimento das vítimas e dos desaparecidos no período que segue á Ditadura Militar. No conto, o fato da impossibilidade do luto por falta do cadáver é superado pela decisão de um pai que, perante a proximidade da sua própria morte, decide sepultar o filho, embora sem corpo, dando fim a seu luto e suscitando com sua decisão o acompanhamento solidário da cidade. Com

essa inusitada decisão, que restitui a si mesmo e à família o direito primário ao sepultamento, ao luto e ao túmulo, o pai contribui não só à própria cura senão à cura de toda a sociedade.

Mais do que na reprodução dos fatos, a literatura se interessa pelo que a imaginação pode acrescentar a eles. Isso a diferencia do discurso da história. Esperamos que este número da revista *Graphos* que agora apresentamos ao leitor seja uma valiosa contribuição para os estudos multidisciplinares sobre literatura e autoritarismo.

João Pessoa, dezembro 2023

Prof. Leonardo Senkman. Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel - UHJ.

Profª Pilar Roca Escalante. Universidade Federal da Paraíba, Brasil - UFPB.